

PROPOSTA DE INDICADORES DOS PRINCÍPIOS COOPERATIVISTAS ÀS COOPERATIVAS DE CRÉDITO E ANALOGIA COM O RELATO INTEGRADO.

RODRIGO GASPAR DE ALMEIDA
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ (UEM)
rogaspar88@hotmail.com

MARGUIT NEUMANN GONÇALVES
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ (UEM)
marguitn26@gmail.com

PROPOSTA DE INDICADORES DOS PRINCÍPIOS COOPERATIVISTAS ÀS COOPERATIVAS DE CRÉDITO E ANALOGIA COM O RELATO INTEGRADO.

1 INTRODUÇÃO

A sociedade tem expectativa de que as empresas não devem apenas visar o lucro e obedecer às Leis, é esperado que elas atuem além da aquiescência e desenvolvam práticas de Responsabilidade Social Corporativa (RSC) como respeito aos direitos humanos, programas de educação para a comunidade, ações beneficentes, mitigação dos riscos, redução das externalidades negativas e transparência informacional (*accountability*). Ademais, RSC é uma prática, que no século XXI, tem despertado a atenção de diferentes estruturas organizacionais (desde uma empresa sem fins lucrativos à uma multinacional), dos mais variados setores econômicos (da indústria aos prestadores de serviços), incluindo as cooperativas de crédito (Bollas-Araya et al, 2014; Carrol, 2015; Clarkson 1999; Elkington, 2012).

Os autores Duguid & Balkan (2016) discorrem que as cooperativas de crédito têm motivos especiais para ter interesse em relação à RSC, uma vez que as noções de sustentabilidade estão enraizadas em seus princípios e valores orientadores. A Organização das Nações Unidas (ONU), no item 55 de *The Future We Want*, ressalta que as cooperativas podem contribuir para a inclusão social e redução da pobreza (ONU, 2012). Além disso, a Resolução do Banco Central do Brasil (BACEN) nº 4434/2015, discorre que a governança corporativa da cooperativa de crédito deve atuar com transparência, equidade, ética e RSC (BACEN, 2015).

As cooperativas de crédito são norteadas pelos Princípios Cooperativistas (PC) divulgados pela *Internacional Co-operative Alliance* (ICA), os quais são considerados a identidade (*trademark*) do movimento cooperativista, e a sua aplicação, é uma forma dessas instituições financeiras demonstrarem à sociedade os seus valores e contribuição com o bem-estar social (ICA, 2017; Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), 2017; Novkovic, 2006, Westphal, 2008). De acordo com Araújo (2011), os PC enfatizam que a prestação de serviços aos cooperados é o objeto das cooperativas de crédito. Consequente, torna-se mister que as mesmas evidenciem seu desempenho em confrontação aos PC, atributos que as diferenciam dos bancos e fortalece seus valores norteadores, que incluem RSC (Novkovic, Prokopowicz & Stocki, 2012).

Nesse sentido, Gray (1992) e Ribeiro (2012) afirmaram que a contabilidade pode auxiliar as empresas na identificação, mensuração e divulgação de informações socioambientais (*accountability*). Corroborando, Lebas (1995) e Nelly (1999) afirmaram que a contabilidade, não deve se ater aos indicadores financeiros, devendo fornecer indicadores socioambientais, informações prospectivas, informações não financeiras, além de demonstrar o valor gerado no curto, médio e longo prazo. King & Roberts (2013) asseguraram que a evidenciação de indicadores contribui para o diálogo com os *stakeholders* e criação de valor.

Com relação à evidenciação de indicadores socioambientais e reportes de RSC, o *International Federation of Accountants* (IFAC) (2017) discorreu que as empresas estão utilizando os padrões da *Global Reporting Initiative* (GRI), *UN Global Compact*, *Carbon Disclosure Project and Climate Disclosure Standards Board* (CDSB), *Sustainability Accounting Standards Board* (SASB) e do *International Integrated Reporting Council* (IIRC), o qual aborda o Relato Integrado (RI). Nesse estudo, será destacado o RI, que por meio do pensamento integrado (*integrated thinking*) evidencia a geração de valor no curto, médio e longo prazo, pelo uso e conexão dos 6 tipos de capitais existentes nas organizações. Cabe destacar que a criação de valor não se restringe aos acréscimos financeiros, são exemplos a satisfação dos clientes (capital

social e de relacionamento), efetividade dos funcionários (capital humano) ou inovação nos sistemas de informação (capital intelectual) (Adams, 2013; Eccles & Kruz, 2015; IIRC, 2014).

Contudo, poucos estudos relacionam RI e as cooperativas de crédito, bem como os que sugerem indicadores dos PC (abordam os indicadores financeiros tradicionais de liquidez). Menciona-se que a *Vancity Credit Union*, é integrante do projeto das empresas pilotos do IIRC (Rixon and Beaubien, 2015), e o estudo de Turley-McIntyre, Marchl & Stasuik (2016), o qual apontou que essas instituições financeiras são favoráveis à utilização do RI. Cabe destacar que o ICA (2015) lançou um *guidance notes* acerca dos PC e o estudo de Drumond (2010) sugeriu indicadores dos PC. No entanto, pelo fato do RI relacionar a criação de valor com a visão, missão e valores da empresa (Eccles & Kruz, 2015; IIRC, 2014), acredita-se, que pode ser utilizado pelas cooperativas de crédito para evidenciar aos *stakeholders* de que maneira aplicam os PC, os quais estão imbricados nos seus valores norteadores.

Assim, tendo em vista que as cooperativas de crédito estão enfrentando dificuldades para mensurar seu desempenho em confrontação aos PC, ou seja, não estão aptas a desenvolver indicadores que comuniquem aos cooperados como estão alinhando suas atividades aos PC (Bressan et. al, 2011; Novkovic, Prokopowicz & Stocki, 2012), formulou-se a questão de pesquisa desse estudo: quais indicadores podem ser utilizados pelas cooperativas de crédito para evidenciar os PC, e tal evidenciação pode se dar por meio do Relato Integrado? Para responder ao questionamento estabelecido definiu-se dois objetivos: i) propor indicadores para as cooperativas de crédito evidenciarem os PC e (ii) efetuar uma analogia entre os PC e o *Framework 1.0* do Relato Integrado.

Espera-se, com esse estudo, contribuir para a discussão sobre indicadores dos PC para as cooperativas de crédito e para analogia entre o *Framework 1.0* do RI e os PC. O artigo está estruturado da seguinte ordem: referencial teórico (seção 2), os procedimentos metodológicos (seção 3), os resultados da pesquisa, (seção 4), as considerações finais (seção 5), e as referências.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Cooperativas de crédito e os princípios cooperativistas (PC)

A cooperativa de crédito é uma instituição financeira constituída sob a forma de sociedade cooperativa, de maneira voluntária, com o objetivo de prestar serviços financeiros aos seus associados e que permite a participação democrática de seus membros nas tomadas de decisões (Bressan et. al, 2011). O *World Council of Credit Unions (WOCCU)* (2015), define as cooperativas de crédito como: (1) um grupo de pessoas que se associam para economizar dinheiro e conceder empréstimos mútuos e; (2) uma sociedade cooperativa financeira organizada por um grupo de pessoas que cooperam entre si. Para a OCB (2017), uma cooperativa de crédito é uma associação de pessoas, que se tornam sócias, voluntariamente, e passam a realizar suas movimentações e transações por meio dessa instituição financeira.

Os principais serviços financeiros prestados pelas cooperativas de crédito são: aplicações financeiras, depósitos, poupanças, investimentos, empréstimos, financiamentos, recebimento de contas e seguros, que são atividades comuns às instituições financeiras (BACEN, 2017). Porém, Carvalho, Diaz, Bialokorski Neto & Kalatzis (2015), elucidam que a rentabilidade da atividade bancária, o retorno sobre os ativos e a rentabilidade do crédito não são variáveis significativas na determinação da probabilidade de sucesso das cooperativas de crédito. Os autores sugerem que o engajamento com os cooperados poderia ser um diferencial para essas organizações.

No Brasil, as cooperativas de crédito pertencem ao Sistema Financeiro Nacional (SFN), obedecem às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e são supervisionadas pelo Banco

Central do Brasil (BACEN), além de satisfazerem as normas do sistema cooperativo brasileiro (BACEN, 2009, 2017). Ainda, as cooperativas de crédito devem ser norteadas pelos PC divulgados pela *Internacional Co-operative Alliance* (ICA), que surgiram em 1844, na Inglaterra, e foram reformulados por ocasião das conferências mundiais de Paris (em 1937), Viena (em 1966) e Manchester (em 1995) (ICA, 2016). Ressalta-se que os PC são mundialmente aceitos entre as cooperativas de crédito, são eles:

| Princípios Cooperativistas | |
|------------------------------------|---|
| 1) adesão livre e voluntária | Cooperativas são organizações voluntárias, abertas para todas as pessoas aptas a utilizarem os seus serviços e que aceitam a responsabilidade de adesão, sem discriminação de gênero, social, racial, política ou religiosa. |
| 2) gestão democrática | Cooperativas são organizações democráticas controladas por seus membros, que participam ativamente da definição de suas políticas e tomadas de decisão. Homens e mulheres eleitos como representantes são responsáveis pela associação de membros. Nas cooperativas primárias, os membros têm direitos iguais de voto (um membro, um voto) e as cooperativas de outros níveis também devem ser organizadas de maneira democrática. |
| 3) participação econômica | Os membros contribuem equitativamente para, e democraticamente controlam, o capital da cooperativa deles. A última parte do capital é usualmente de comum propriedade da cooperativa. Geralmente, os membros recebem uma compensação limitada, caso exista, no capital subscrito a condição de associação. Os membros alocam os excedentes (sobras) para qualquer um dos seguintes objetivos: (i) desenvolvimento de sua cooperativa, possivelmente por meio da criação de reservas (montante considerado indivisível), (ii) beneficiando os membros na proporção das suas transações com a cooperativa, e (iii) apoiando outras atividades aprovadas pelos cooperados. |
| 4) autonomia e independência | As cooperativas são autônomas, <i>self-helped</i> e controladas por seus membros. Se forem celebrados contratos com outras organizações, incluindo o governo, para obter capital de fontes externas, eles devem conter termos que resguardem o controle democrático dos cooperados e mantenham a autonomia da cooperativa. |
| 5) educação, formação e informação | Cooperativas promovem educação e treinamento para seus cooperados, representantes eleitos, administradores e funcionários, para que possam contribuir efetivamente para o desenvolvimento de suas cooperativas. Eles informam para o público em geral, particularmente pessoas jovens e formadores de opinião, sobre a natureza e os benefícios da cooperação. |
| 6) intercooperação | As cooperativas servirão seus cooperados de maneira mais efetiva e fortalecida se aderirem ao movimento cooperativo, ou seja, trabalhando em conjunto com outras cooperativas em estruturas locais, regionais, nacionais e internacionais. |
| 7) interesse pela comunidade | As cooperativas trabalham em prol do desenvolvimento sustentável de suas comunidades por meio das políticas aprovadas por seus membros. |

Quadro 01: Princípios Cooperativistas.

Fonte: adaptado de ICA (2015).

Salienta-se que os 7 PC dispostos no Quadro 01, são interdependentes e demandam que as cooperativas de crédito aperfeiçoem suas rotinas para atingi-los. Já o 5º e o 7º PC, preveem que as cooperativas de crédito divulguem informações aos *stakeholders* e pratiquem ação de RSC (ICA, 2015, Westphal, 2008). Carrasco (2007) afirmou que práticas de RSC são relacionadas aos PC.

Ressalta-se que a apresentação das características das cooperativas de crédito, bem como dos PC estão em consonância com a questão de pesquisa e objetivos desse estudo. No próximo tópico dessa seção, serão apresentados os conceitos de indicadores, evidência socioambiental e RI, que contribuirão para atingir os objetivos propostos e responder a questão de pesquisa.

2.2. Indicadores, evidenciação socioambiental e Relato Integrado (RI).

O conceito de RSC, abarca uma gama de práticas empresariais e nomenclaturas, mas, nesse estudo, o foco foi a transparência, que culmina na evidenciação voluntária de informações socioambientais, por meio de indicadores e do RI. Saliencia-se que os termos desenvolvimento sustentável, sustentabilidade, evidenciação socioambiental voluntária, transparência, foram empregadas como sinônimos de RSC (Baden & Harwood, 2013). Destaca-se ainda que a evidenciação dos PC, nesse estudo, será por meio de indicadores.

Os indicadores são uma medida, uma estimacão ou um parâmetro, pois, permitem sintetizar informações em um número e mensurar os fenômenos entre si (ou ao longo do tempo), além de servirem para verificacão, observacão, demonstracão e avaliacaão de aspectos da realidade social (Instituto Ethos, 2013; Januzzi, 2002). Kayano e Caldas (2002) e Van Bellen (2002) afirmaram que os indicadores são a descriçã por meio de números, de conceitos abstratos e complexos, objetivando tornar a comunicacão destes fenômenos compreensível.

Scandar Neto (2006) e Van Bellen (2002) discutiram que ao menos 3 perspectivas devem ser abordadas nos indicadores socioambientais: econômica, social e ambiental, que vai ao encontro do conceito dos três pilares de Elkington (2012). Já o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2015) define os indicadores socioambientais, como estatísticas, que podem ser valores absolutos, razões ou outros índices, utilizados na mensuracão do nível de sustentabilidade social, ambiental, econômica e institucional de uma sociedade ou território.

Ainda, por meio da evidenciação de informações socioambientais, as empresas podem informar aos seus *stakeholders* como lidam com os impactos gerados e é um mecanismo pelo qual podem influenciar as percepções da sociedade. Ressalta-se que a evidenciação socioambiental é predominantemente de caráter voluntário, o que reforça a intençã da empresa em legitimar suas operações, além de poder ser interpretada como um apoio à perspectiva da aprovaçã dos *Stakeholders* (Gray, Kouhy & Lavers, 1995; Deegan (2002). Depreende-se no âmbito da evidenciação voluntária de indicadores socioambientais, o RI (Eccles & Kruz, 2015).

O RI é elaborado sob o pressuposto do pensamento integrado, que considera que o valor não é gerado apenas dentro da organizaçã, mas pode sofrer influênci do ambiente externo e dos *stakeholders*. Ademais, o pensamento integrado considera que o desempenho obtido por indicadores não financeiros influencia o desempenho dos índices financeiros e vice-versa, e é uma forma das empresas quebrarem os silos e obterem uma visã holística de suas atividades, que propiciará identificar oportunidades e gerenciar riscos (IFAC, 2017; King & Roberts, 2013).

Destaca-se que o RI deve ser mais do que a junçã dos relatórios financeiros, informações não financeiras e de sustentabilidade. Seu objetivo é explicar aos provedores de capital, empregados, clientes, fornecedores, legisladores, sociedade e formuladores de políticas, como a organizaçã gera valor no curto, médio e longo prazo por uso e conexã dos 6 tipos de capitais (Adams, 2013, IIRC 2014), os quais estã dispostos no Quadro 02.

| Os 6 tipos de Capitais presentes no processo de criaçã de valor das empresas. | |
|--|---|
| 1) Capital Financeiro | É o conjunto de recursos que estã disponíveis a uma organizaçã para ser utilizado na produçã de bens ou na prestaçã de servições e é obtido por meio de financiamentos, tais como dívidas, ações ou subvenções, aportes de capital, ou gerado por meio de investimentos. |
| 2) Capital Manufaturado | Objetos físicos manufaturados (difere-se dos objetos físicos naturais) disponíveis a uma organizaçã para uso na produçã de bens ou na prestaçã de servições, incluindo prédios, equipamentos, infraestrutura (tais como estradas, portos, pontes e plantas para tratamento de esgoto e água). O Capital manufaturado é, muitas vezes, gerado por outras organizações, mas inclui ativos fabricados pela organizaçã relatora para venda, |

| | |
|---------------------------------------|---|
| | ou quando retidos, para uso. |
| 3) Capital Intelectual | São intangíveis organizacionais baseados em conhecimento, entre eles: propriedade intelectual, tais como patentes, direitos autorais, software, direitos e licenças, e o capital organizacional, tais como conhecimento tácito, sistemas, procedimentos e protocolos. |
| 4) Capital Humano | Constituído pelas competências, habilidades e a experiência das pessoas e suas motivações para inovar, incluindo: o seu alinhamento e apoio à estrutura de governança, ao gerenciamento de riscos e aos valores éticos; a capacidade de entender, desenvolver e implementar a estratégia de uma organização; a lealdade e motivação para melhorar processos, bens e serviços; além da capacidade de liderar, gerenciar e colaborar. |
| 5) Capital Social e de Relacionamento | Refere-se às instituições e os relacionamentos dentro e entre comunidades, grupos de partes interessadas e outras redes, e a capacidade de compartilhar informações para melhorar o bem-estar individual e coletivo. O capital social e de relacionamento abrange: os padrões compartilhados, bem como valores e comportamentos comuns, os relacionamentos com as principais partes interessadas e a confiança e compromisso que uma organização desenvolve e procura construir e proteger com as partes interessadas externas, os intangíveis associados com a marca e reputação desenvolvidas por uma organização e a licença social para a organização operar. |
| 6) Capital Natural | São todos os recursos ambientais renováveis e não renováveis e processos ambientais que fornecem bens ou serviços que apoiam a prosperidade passada, presente e futura de uma organização. Isto inclui: a água, terra, minerais e florestas, a biodiversidade e a qualidade do ecossistema. |

Quadro 02: Os 6 tipos de capitais do RI.

Fonte: Adaptado de IIRC (2014).

Já com relação ao arcabouço do RI, não se têm uma regra, pois, é um processo orientado por princípios básicos (King & Roberts, 2013). Os princípios do RI versam sobre o conteúdo e a maneira de apresentação das informações, os quais estão dispostos no Quadro 03.

| Princípios do Relato Integrado | |
|--|--|
| a) Foco estratégico e orientação para o futuro | Um RI deve oferecer uma visão da estratégia da organização e como esta se relaciona com a capacidade da organização de gerar valor no curto, médio e longo prazos, bem como por meio do uso que faz dos capitais e seus impactos sobre eles. |
| b) Conectividade da informação | Um RI deve mostrar uma imagem holística da combinação, do inter-relacionamento e das dependências entre os fatores que afetam a capacidade da organização de gerar valor ao longo do tempo. |
| c) Relações com partes interessadas | Um RI deve prover uma visão da natureza e da qualidade das relações que a organização mantém com suas principais partes interessadas, incluindo como e até que ponto a organização entende, leva em conta e responde aos seus legítimos interesses e necessidades. |
| d) Materialidade | Um RI deve divulgar informações sobre assuntos que afetam, de maneira significativa, a capacidade de uma organização de gerar valor em curto, médio e longo prazo. |
| e) Concisão | Um RI deve ser conciso. |
| f) Confiabilidade e completude | Um RI deve abranger todos os assuntos relevantes, tanto positivos quanto negativos, de maneira equilibrada e isento de erros materiais. |
| g) Coerência e comparabilidade | As informações em um RI devem ser apresentadas: (a) em bases coerentes ao longo do tempo; e (b) de maneira a permitir uma comparação com outras organizações na medida em que seja material para a capacidade de gerar valor ao longo do tempo. |

Quadro 3 – Princípios do Relato Integrado.

Fonte: Adaptado de IIRC (2014).

O *Framework* 1.0 do IIRC (2014) também apresenta os elementos de conteúdo do RI, que são vinculados e não excludentes, e apresentados de forma interrogativa (Quadro 04).

| Elementos de Conteúdo do Relato Integrado | |
|---|---|
| a) Visão geral organizacional e ambiente externo. | O que a organização faz e sob quais circunstâncias ela atua? |
| b) Governança. | Como a estrutura de governança da organização apoia sua capacidade de gerar valor em curto, médio e longo prazo? |
| c) Modelo de negócios. | Qual é o modelo de negócios de organização? |
| d) Riscos e oportunidades. | Quais são os riscos e oportunidades específicos que afetam a capacidade da organização de gerar valor em curto, médio e longo prazo, e como a organização lida com eles? |
| e) Estratégia e alocação de recursos | Para onde a organização deseja ir e como ela pretende chegar lá? |
| f) Desempenho | Até que ponto a organização já alcançou seus objetivos estratégicos para o período e quais são os impactos no tocante aos efeitos sobre os capitais? |
| g) Perspectiva | Quais são os desafios e as incertezas que a organização provavelmente enfrentará ao perseguir sua estratégia e quais são as potenciais implicações para seu modelo de negócios e seu desempenho futuro? |
| h) Base para apresentação | Como a organização determina os temas a serem incluídos no RI e como estes temas são quantificados ou avaliados? |

Quadro 4 – Elementos de Conteúdo do Relato Integrado

Fonte: Adaptado de IIRC, (2014).

Por meio do RI, desenvolve-se nas empresas um processo de aprimoramento contínuo, que contribuirá para eliminar comunicações numerosas, desconexas, estáticas e fornecimento de informações úteis para o processo decisório (Adams, 2013; King & Roberts, 2013; IIRC, 2014).

Os temas: indicadores, evidenciação socioambiental e RI, se relacionam com esse estudo, pois são uma forma das cooperativas de crédito evidenciarem, voluntariamente, aos seus *stakeholders* o impacto de suas ações, e relatarem o seu desempenho em relação à RSC. Ademais, o RI foi considerado nesse trabalho, como o instrumento pelo qual as cooperativas de crédito podem evidenciar os indicadores dos PC, além do fato de um dos objetivos consistir em efetuar uma analogia entre o RI e tais princípios.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Nessa seção do artigo são apresentados os procedimentos metodológicos consoantes aos objetivos estabelecidos. Para tanto o estudo enquadra-se como pesquisa: aplicada, de campo, descritiva, documental, levantamento de dados e qualitativa por meio da análise de conteúdo (Cooper & Schindler, 2016; Flick, 2009).

O enquadramento metodológico do estudo em relação à finalidade, é pesquisa aplicada, haja vista que foi conduzida buscando respostas relacionadas a ação, desempenho ou necessidades práticas. Quanto aos objetivos, enquadrou-se como descritiva, pois o pesquisador buscou descrever ou definir um assunto por meio de comparações, e pelo fato de que foram propostos indicadores para os PC com base nos artigos científicos e publicações de órgãos internacionais. Já, em relação ao ambiente da pesquisa, classificou-se como pesquisa de campo, uma vez que as publicações foram obtidos nos *websites* (Cooper & Schindler, 2016).

Em relação aos procedimentos técnicos, classifica-se como pesquisa documental e levantamento de dados, pois, foram analisados artigos científicos e publicações de órgãos

internacionais (fontes secundárias) (Cooper & Schindler, 2016, Martins & Theóphilo, 2009). Ressalta-se que as publicações do Quadro 5, foram obtidas entre 15/04/2017 a 15/05/2017.

| Publicações analisadas na pesquisa documental | | |
|--|--|------------|
| Autor | Título | Ano |
| Banco Central do Brasil (BACEN) | Governança Corporativa: diretrizes e mecanismos para fortalecimento da governança em cooperativas de crédito | 2009 |
| Drumond, V.R.S. | A aplicação dos princípios cooperativistas na gestão dos empreendimentos cooperativos | 2010 |
| <i>Internatonal Co-operatve Alliance (ICA)</i> | <i>Co-operatves and Sustainability: An investgaton into the relationship</i> | 2013 |
| <i>Internatonal Co-operatve Alliance (ICA)</i> | <i>Guidance Notes to the Co-operative Principles</i> | 2015 |
| <i>World Council of Credit Unions (WOCCU)</i> | <i>Model law for credit unions</i> | 2015 |

Quadro 5 – Publicações analisadas na pesquisa documental
Fonte: elaborado pelos autores.

Quanto a abordagem do problema de pesquisa o estudo pesquisa é de caráter qualitativo, haja vista que objetivou selecionar e abstrair os dados e organizá-los de maneira que permitisse inferências, comparações e conclusões (Martins & Theóphilo, 2009). Flick (2009) discorreu que a pesquisa qualitativa é empregada para descrever a complexidade de um problema, analisar a interação de suas variáveis e interpretação dos dados, além de permitir o uso de confrontações de métodos na busca de evidências.

Para desenvolver a abordagem qualitativa da pesquisa, na etapa de tratamento e análise dos dados, definiu-se como técnica, a análise de conteúdo, a qual Bardin (2016) conceituou como o conjunto de técnicas da análise das comunicações, que por meio de procedimentos sistemáticos e objetivos busca descrever o conteúdo dos documentos analisados, e objetiva inferir conhecimentos relativos às condições de uma produção. A análise de conteúdo foi realizada em 3 etapas: (a) a pré-análise, correspondente a seleção dos documentos (*corpus*), a formulação das categorias e a elaboração de indicadores que fundamentem a interpretação final, (b) a exploração do material, correspondendo a realização da leitura do material transcrito para a codificação, enumeração dos dados perante as categorias e os critérios de análise e (c) tratamento dos resultados, inferência e interpretação dos resultados interpretados (Bardin, 2016).

Para realizar a pré-análise (etapa a), foram selecionadas as publicações relacionadas no Quadro 5, e foi proposta 1 (uma) categoria, denominada Indicadores dos Princípios Cooperativistas. Essa categoria foi composta por 7 Unidades de Análise (UA), que foram elaboradas com base nos 7 PC do ICA (2017) quais sejam: 1) adesão livre e voluntária; 2) gestão democrática; 3) participação econômica; 4) autonomia e independência; 5) educação, formação e informação; 6) intercooperação e 7) interesse pela comunidade.

| Categoria: Indicadores dos Princípios Cooperativistas |
|--|
| Unidade de Registro 1 (UR1) adesão livre e voluntária |
| Unidade de Registro 2 (UR2) gestão democrática |
| Unidade de Registro 3 (UR3) participação econômica |
| Unidade de Registro 4 (UR4) autonomia e independência |
| Unidade de Registro 5 (UR5) educação, formação e informação |
| Unidade de Registro 6 (UR6) intercooperação |
| Unidade de Registro 7 (UR7) interesse pela comunidade |

Quadro 6 – Categoria e Unidades de Registro da análise de conteúdo.

Fonte: elaborado pelos autores com base em Bardin (2016) e ICA (2017).

A etapa (b) corresponde a exploração do material e codificação das unidades de registro descritas no Quadro 6. Já, na última etapa da análise de conteúdo, qual seja, (c) tratamento dos resultados, inferência e interpretação dos resultados, foram propostos indicadores com base na codificação (etapa b) (Bardin, 2016; Flick, 2009). Na próxima etapa, apresentam-se os resultados da pesquisa.

4 RESULTADOS DA PESQUISA

4.1 Proposta de indicadores para evidencição dos princípios cooperativistas.

Os indicadores do Quadro 07, são o resultado da análise de conteúdo (Bardin, 2016) e referem-se aos indicadores propostos para as cooperativas de crédito evidenciarem os PC.

| Categoria: Indicadores dos Princípios Cooperativistas | |
|--|--|
| UR1 - Adesão livre e voluntária | |
| 01 | Declarações de adesão voluntária dos cooperados à cooperativa de crédito. |
| 02 | Evidenciar as Políticas de desligamento dos cooperados. |
| 03 | Quantidade de cooperados que ingressaram e saíram da cooperados durante o exercício. |
| 04 | Controle dos motivos da saída do cooperado da cooperativa de crédito. |
| 05 | Os cooperados estão aptos a utilizar os serviços da cooperativa de crédito. |
| 06 | % de cooperados que deixam de atender as aptidões e permanência no quadro social. |
| 07 | Ao ingressar na cooperativa o cooperado recebe o estatuto social. |
| 08 | Declaração de que o membro da cooperativa concorda com os direitos e obrigações de ser um cooperado. |
| 09 | Inexistência de cláusulas estatutárias ou práticas que discriminem os cooperados quanto gênero, social, racial, política ou religiosa. |
| UR2 - Gestão democrática | |
| 10 | Registros de que todas as decisões que afetam a condição financeira, patrimonial ou estratégica da cooperativa são apresentadas, discutidas e votadas nas assembleias. |
| 11 | O conselho de administração e diretoria tem suas ações com base nas decisões das assembleias gerais. |
| 12 | Prazos de convocação das assembleias. |
| 13 | Protocolos de entregas de comunicação aos cooperados sobre a divulgação das assembleias (publicado em jornal, editais nas cooperativas, cartas enviadas para os cooperados, redes sociais, e-mails). |
| 14 | A cooperativa realiza pré-assembleias para discutir os assuntos em pauta das assembleias gerais. |
| 15 | % de assiduidade dos cooperados nas assembleias gerais e pré-assembleias. |
| 16 | % de ausência dos cooperados nas assembleias gerais e pré-assembleias. |
| 17 | Melhoria contínua na prestação de serviços aos cooperados (e demais <i>stakeholders</i>). |
| 18 | Inclusão dos cooperados no planejamento da cooperativa de crédito. |
| 19 | Mecanismos que facilitem as opiniões, debates, e tomada de decisão dos cooperados nas assembleias. |
| 20 | Documentar que durante a assembleia cada cooperado possui 1 voto, independente da sua cota-participação. |
| 21 | Se possuir o sistema de votos por delegados, especificar a representatividade dos cooperados por delegado. |
| 22 | A cooperativa possui um conselho de ética. |
| 23 | Periodicidade das reuniões do conselho de administração e diretoria sobre as estratégias de gestão. |
| 24 | Controle das análises, reuniões e atos dos membros do conselho fiscal. |
| 25 | Registros de consultas à especialistas (assuntos esporádicos) sobre as demonstrações pelo conselho fiscal. |
| 26 | A destituição de membro do conselho de administração, diretoria e conselho fiscal ocorre na assembleia geral. |
| 27 | Possui Comissão Eleitoral e o processo eleitoral está formalizado no seu estatuto social. |
| 28 | O processo eleitoral dos conselheiros e diretores ocorre por meio de voto secreto. |
| UR3 - Participação econômica | |
| 29 | Pedidos de relatórios pelos cooperados para monitorar o desempenho da cooperativa. |
| 30 | Divulgação dos riscos e indicadores financeiros nas assembleias gerais (registros das pautas). |
| 31 | A decisão sobre a destinação das sobras (ou perdas) é realizada na assembleia geral (registros das pautas). |
| 32 | A remuneração dos conselheiros ou diretores é aprovada na assembleia geral (registros das pautas). |

| | |
|--|--|
| 33 | As sobras ou perdas do exercício são rateadas na proporção das suas operações realizadas na cooperativa. |
| 34 | O montante das despesas é aprovado na assembleia geral (registros das pautas). |
| 35 | Medidas administrativas aplicadas aos cooperados inadimplentes. |
| 36 | A constituição das reservas é aprovada nas assembleias gerais (registros das pautas). |
| 37 | Ao desligar-se da cooperativa o cooperado recebe as suas quotas partes conforme determinado no estatuto. |
| 38 | A cooperativa possui outros fundos, além do FATES e Fundo de Reserva. |
| 39 | Possui política de alocação de recursos, tais quais para as sobras do exercício. |
| UR4 - Autonomia e independência | |
| 40 | Divulgação das leis e ações dos órgãos fiscalizadores do SFN que afetam a cooperativa de crédito. |
| 41 | Estratégias para fortalecimento da sua marca. |
| 42 | Diferenciação dos produtos e serviços. |
| 43 | As instituições financeiras credoras da cooperativa não interferem diretamente na sua administração. |
| 44 | A cooperativa mantém a neutralidade política, acerca de políticos municipais, estaduais ou federais. |
| 45 | Montante das transações dos maiores clientes em relação às receitas totais da cooperativa de crédito. |
| 46 | Contratos dos fornecedores, bem como identificação de possíveis relações de dependências (exclusividade). |
| 47 | Atestado de que não recebe apoio financeiro de investidores do mercado. |
| 48 | Declaração de que não recebe apoio financeiro ou doações de partidos políticos ou candidatos. |
| UR5 - Educação, formação e informação | |
| 49 | Quantidade de horas de capacitações sobre a cultura do cooperativismo. |
| 50 | As dúvidas, sugestões e reclamações dos cooperados são sempre analisadas e respondidas pela cooperativa. |
| 51 | Possui uma ouvidoria ou central para registrar dúvidas, sugestões e reclamações. |
| 52 | Controle dos projetos ou sugestões apresentadas pelos cooperados. |
| 53 | Profissionalização dos membros da diretoria e conselheiros e participação em cursos sobre cooperativismo. |
| 54 | Registros da comunicação com os cooperados (jornais, e-mail, cartas, redes sociais ou outros meios). |
| 55 | Ações de educação e formação cooperativista para o público, principalmente crianças e jovens (perenidade). |
| 56 | Consultorias ou capacitações técnicas aos cooperados. |
| 57 | Instrução aos funcionários acerca do funcionamento e particularidades do negócio cooperativo. |
| 58 | Programas de educação cooperativista para os conselheiros e diretores. |
| 59 | Ações de educação e formação cooperativista com a comunidade. |
| 60 | Parcerias com as escolas e universidades visando a formação profissional cooperativista. |
| 61 | Prestação de Contas aos <i>Stakeholders</i> (<i>Accountability</i>). |
| UR6 - Intercooperação | |
| 62 | % de fornecedores que são cooperativas. |
| 63 | % de transações efetuadas com outras cooperativas sobre as receitas totais. |
| 64 | A cooperativa integra uma confederação ou central. |
| 65 | Participação em encontros regionais, feiras ou eventos com outras cooperativas. |
| 66 | Desenvolve projeto com outras cooperativas e apoia novas cooperativas da região. |
| 67 | Realiza compras em conjunto com outras cooperativas do mesmo ramo ou região. |
| 68 | Compartilha bancos de dados ou informações com outras cooperativas de crédito. |
| UR7 - Interesse pela comunidade | |
| 69 | Ações e políticas de RSC. |
| 70 | Transparência na prestação de contas, e inclusão de questões sociais e ambientais na tomada de decisão |
| 71 | Contratação de colaboradores que sejam membros da comunidade na qual a cooperativa está inserida. |
| 72 | % de contribuição nos indicadores sociais e econômicos do município, região, ou bairro no qual está inserida. |
| 73 | Apoio à instituições que prestam serviços sociais. |
| 74 | Estímulo à prática do voluntariado. |
| 75 | Possui um Plano de Gestão Integrada dos Resíduos Sólidos. |
| 76 | Prioriza fornecedores que desenvolvem práticas de RSC. |
| 77 | Parcerias locais para oferecer serviços aos cooperados (descontos em escolas, academias, farmácias, cinema). |
| 78 | É signatário dos Programas da ONU, programas nacionais ou locais e discutem assuntos que são tendências/emergências socioambientais nas assembleias. |
| 79 | Apoio a entidades que promovem pesquisas e projetos de inovação para as cooperativas. |

80 | Políticas de relacionamentos com não cooperados.

Quadro 07 – Proposta de indicadores para evidênciação dos princípios cooperativistas.

Fonte: elaborado com base em BACEN (2009), Drumond (2010), ICA (2013a, 2015) e WOCCU (2015).

Foram propostos 80 indicadores para mensuração dos 7 PC. A frequência dos indicadores por unidade de registro, está relacionada na Figura 01.

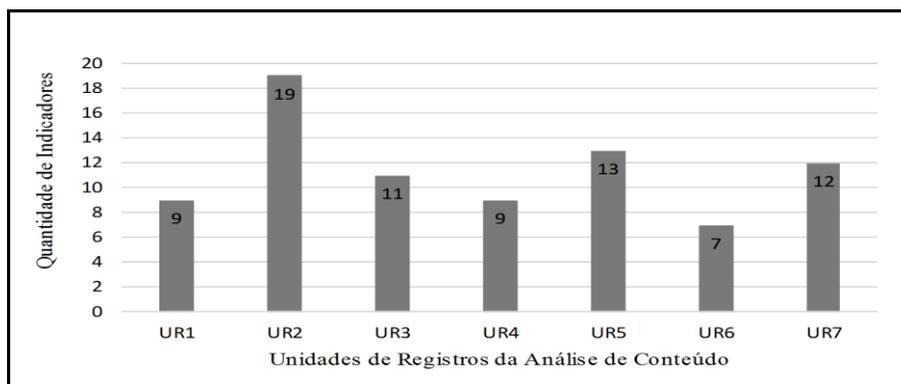


Figura 01 – Frequência dos Indicadores por Unidade de Registro.

Fonte: elaborado pelos autores com dados da pesquisa.

Conforme apresentado na Figura 1, a unidade de registro com a maior quantidade de indicadores (19), foi a UR2, que representa o 2º PC - Gestão Democrática. Já a unidade de registro com menor quantidade de indicadores (7), foi a UR6, Intercooperação.

Em relação a UR1, que corresponde ao 1º PC - adesão livre e voluntária, o ICA (2015) discorreu que a associação à cooperativa de crédito deve ser voluntária, bem como a saída/desligamento do cooperado deve ser facilitada (resguardadas cláusulas estatutárias) (indicadores nº 01 a 04), ademais, os cooperados devem estar aptos a utilizar os serviços dessa instituição financeira (indicadores nº 05 e 06) e aceitam a responsabilidade da sua adesão (indicadores nº 7 e 08). Ainda, a cooperativa de crédito não pode discriminar nenhum dos seus cooperados, bem como não aceitar novos membros por motivos de discriminação quanto gênero, social, racial, política ou religiosa (indicador nº 09).

A UR2, relacionada ao 2º PC – gestão democrática, foi elaborada para refletir o processo de convocação da assembleia geral, a disseminação da pauta da assembleia geral, bem como a inclusão de todos os assuntos que serão tratados nesse evento, ainda, a cooperativa de crédito deve desenvolver mecanismos que assegurem a participação efetiva dos cooperados (indicadores nº 10 a 19), e deve ser assegurado que cada cooperado tenha direito a 1 voto (indicadores nº 20 e 21), além de divulgar se a cooperativa possui delegados (representantes de cooperados). Não obstante, para garantir a gestão democrática, devem ser registradas as reuniões e atos dos conselheiros e diretores (indicadores nº 22 a 25), além disso, o processo eleitoral deve ser transparente (indicadores nº 26 a 28) (BACEN, 2009; Drumond, 2010; ICA, 2015).

Por sua vez, a UR3, relativa ao 3º PC, participação econômica, foi composta por 11 indicadores. Sugere-se que as cooperativas de crédito evidenciem informações que permitam aos cooperados definirem a estratégia de alocação dos recursos, tais quais, despesas, remuneração dos administradores, destinação das sobras, medidas administrativas contra os inadimplentes e constituição de reservas e fundos garantidores que visem à liquidez da instituição financeira, pois, os cooperados respondem pelas sobras e perdas e devem ser informados sobre a situação econômica e estratégias futuras de alocação de recursos (indicadores nº 30 a 39) (ICA, 2015).

O 4º PC, autonomia e independência, é representado pela UR4. Foram selecionados 9 indicadores que asseguram que a cooperativa de crédito possua autonomia na tomada de decisões, ou seja, não sofra pressões mercadológicas, políticas, de clientes, formuladores de leis, e também fortaleçam a identidade cooperativa, bem como demonstrar a diferenciação dos serviços e produtos (indicadores nº 40 a 48). Na UR5, correspondente ao 5º PC - educação, formação e informação, os indicadores refletem as ações das cooperativas que disseminam a cultura cooperativista, os PC, e políticas de divulgação de informações (indicadores nº 49 a 61).

A UR6, que aborda o 6º PC – intercooperação, foi composta por 7 indicadores (menor quantidade). Na UR6, deve ser evidenciada a capacidade da cooperativa de crédito realizar operações com outras cooperativas, o engajamento com projetos de outras cooperativas, além de informar se participa de eventos e dados sobre filiações às centrais ou confederações (que são uma forma de escalonarem seus serviços e produtos), além disso, as transações *Coop2Coop* fortalecem o movimento cooperativista (ICA, 2015; WOOCU, 2015).

Por fim, a UR 7, congrega o 7º PC – interesse pela comunidade. Carrasco (2007) discorre que esse PC tem relação direta com a RSC. Nos 12 indicadores propostos, a cooperativa de crédito deve demonstrar a sua contribuição além da esfera econômica, tais quais, aspectos sociais e ambientais. Ademais, devem ser engajadas nos programas mundiais e projetos de Desenvolvimento Sustentável, e possuírem transparência (*accountability*), tanto na prestação de contas aos cooperados, quanto aos não cooperados (comunidade) (indicadores nº 69 a 80).

4.2 Analogia entre os princípios cooperativistas (PC) e o relato integrado (RI).

Nessa etapa do artigo, buscou-se realizar uma analogia entre os PC e o RI, ou seja, estabelecer possíveis relações entre dois conceitos, já que uma analogia consiste em comparar duas realidades distintas, e buscar semelhanças entre ambas.

O foco do RI são os provedores de capital, contudo, como elucida o IIRC (2014), o RI pode ser utilizado para relatar a criação de valor aos empregados, clientes, fornecedores, parceiros comerciais, comunidades locais, legisladores, reguladores e formuladores de políticas. Não obstante, os PC englobam, além dos cooperados, os funcionários, outras cooperativas, fornecedores, legisladores, não cooperados e a comunidade na qual a cooperativa se insere.

De acordo com a ICA (2015), os 7 PC (Quadro 01), são interdependentes, ou seja, conectados entre si. O RI, por sua vez, é elaborado sobre o pressuposto do pensamento integrado (*integrated thinking*), o qual prescreve que os 6 capitais presentes nas organizações (Quadro 2) são inter-relacionados, ou seja, os indicadores de desempenho de cada capital, influenciam os indicadores dos outros capitais, assim como cada PC influencia um ao outro (ICA, 2015).

A aplicação dos PC propicia às cooperativas de crédito demonstrarem a criação de valor aos seus cooperados, outras cooperativas, à comunidade na qual está inserida e quais ações estão tomando para assegurar a perenidade da instituição a longo prazo (Novkovic, 2006). O RI contempla informações prospectivas e vincula a capacidade de criação de valor da empresa no curto, médio e longo, ou seja, relata as estratégias que garantem a sua perpetuidade (princípio do foco estratégico e orientação para o futuro) (IIRC, 2014).

Conforme a afirmação de Araújo (2011), os PC enfatizam que a prestação de serviços aos cooperados é o objeto das cooperativas de crédito. O RI, por meio do elemento de conteúdo, modelo de negócios, pode informar aos usuários da informação quais são os produtos e serviços que a organização oferece. Já o princípio do RI, relação com partes interessadas, possui conexão com os PC à medida que a cooperativa de crédito deve engajar os seus cooperados, por exemplo, na gestão democrática, assiduidade nas assembleias, bem como nas ações de educação.

Outra analogia entre o RI e os PC, se deve ao fato de que o primeiro relaciona a criação de valor com a visão, missão e valores da empresa (IIRC, 2014), enquanto que os PC, devem estar imbricados nos valores norteadores das cooperativas de crédito, ou seja, essas instituições financeiras devem demonstrar de que maneira os PC se relacionam com a visão, missão e valores. Ainda, de acordo com o ICA (2015), a aplicação dos PC pode propiciar riscos e oportunidades para as cooperativas de crédito, que também são um princípio do RI (IIRC, 2014)

Cabe destacar que o processo de criação de valor do RI, não considera apenas os ingressos financeiros (aumento do capital financeiro), pois também é relatada a capacidade da entidade gerar valor por meio dos capitais: social e de relacionamento, manufaturado, humano, natural e intelectual (IIRC, 2014). Além disso, o IIRC (2014) prescreve que o RI pode ser adaptado, de modo a refletir o processo de criação de valor, no caso das cooperativas de crédito, os PC.

Ademais, o RI propicia uma visão holística do processo de criação de valor, no curto, médio e longo prazo, e a aplicação do pensamento integrado contribui para identificação das interdependências dos capitais e influências que os fatores externos exercem na geração de valor (IIRC, 2014, Eccles & Kruz, 2015). De maneira análoga, os PC abarcam todas as atividades das cooperativas de crédito, bem como os relacionamentos dessas instituições com os *stakeholders* (ICA, 2015). Por fim, o RI pode ser utilizado para as empresas integrarem aspectos sociais e ambientais às decisões econômicas, bem como relatar seu desempenho em relação a questões de RSC (IIRC, 2014). De modo similar, os PC vão além das decisões financeiras da cooperativa de crédito, pois discorrem sobre valores ambientais e sociais, bem como de práticas de RSC.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após concluir os procedimentos descritos na seção 3, e relacionar os resultados do estudo na etapa 4, nessa etapa do artigo são dispostas as considerações finais. Cabe salientar que os objetivos do estudo foram atingidos. O objetivo (i) consistia em propor indicadores para evidenciar os PC às cooperativas de crédito, salienta-se que na seção 4.1, foram propostos 80 indicadores, resultantes da análise de conteúdo. Já o objetivo (ii), foi efetuar uma analogia entre os PC e o Framework do RI, os resultados dessa etapa foram apresentados na seção 4.2. Nesse sentido, a questão de pesquisa desse estudo também foi respondida, pois foram propostos indicadores para as cooperativas de crédito evidenciarem os PC, bem como foi discutido que essas instituições financeiras podem utilizar o RI para evidenciá-los.

Cabe salientar que o ICA (2013b) afirmou que as cooperativas devem praticar a RSC, e para tanto, devem aperfeiçoar o seu processo de *accountability*. Ainda, no referido documento, é discorrido que as cooperativas devem utilizar as melhores práticas de evidenciar o socioambiental, tais quais as praticadas pelas empresas orientadas para o lucro, desde que reflitam os PC. Ressalta-se que o ICA (2013) não abordou o RI. Contudo, Adams (2013), Eccles & Kruz (2015), IIRC (2014) e King & Roberts (2013), demonstram que o RI pode ser utilizado para relatar aos *Stakeholders*, como a empresa cria valor, além do capital financeiro. O capital social e de relacionamento, por exemplo, refere-se ao relacionamento da empresa com as comunidades, grupos de partes interessadas e a capacidade de compartilhar informações para melhorar o bem-estar individual e coletivo (IIRC, 2014).

Ainda, conforme preconizou o ICA (2015), a aplicação dos PC nas atividades das cooperativas de crédito, é uma consideração efetiva das mesmas em relação às práticas de RSC. Outrossim, os PC são referências de valor para as atividades das cooperativas de crédito, e uma característica que as diferencia das demais instituições financeiras. Destarte, a evidenciar os indicadores dos PC pode contribuir com o diálogo da cooperativa de crédito com os seus

cooperados, bem como para o processo de *accountability*, dado o fato de que eles evidenciam a forma pela qual a cooperativa satisfaz as necessidades dos cooperados e garante a sua perpetuidade, de maneira democrática.

Salienta-se ainda, que o RI, pode propiciar as cooperativas de crédito, a identificação de oportunidades, bem como gerenciamento de riscos, para as práticas de RSC. O IIRC (2014) afirma que a evidenciação da geração de valor, bem como a integração de informações financeiras e de sustentabilidade nas demonstrações é o passo evolutivo dos relatos corporativos. Motivo pelo qual, essa temática deve ser discutida no âmbito dessas instituições financeiras.

As limitações desse estudo referem-se à aplicação da análise de conteúdo, bem como dos demais tipos de pesquisa que demandam interpretação, julgamentos e inferência dos resultados, pois carregam subjetividade do pesquisador. Cabe destacar que os indicadores dos PC propostos podem não mensurar todos os aspectos dos PC. Ainda, as cooperativas de crédito, podem utilizar outros relatórios para evidenciá-los, além do RI.

Como estudos futuros, sugere-se elaborar indicadores dos PC para cooperativas de outros segmentos, e aplicar os indicadores dos PC propostos na seção 4.1, nas cooperativas de crédito em pesquisas longitudinais. Além disso, estudos futuros poderão propor outros indicadores de PC para as cooperativas de crédito. Recomenda-se ainda investigações que abordem a relação do RI com as cooperativas de crédito, ou cooperativas de outros segmentos.

REFERÊNCIAS.

- Adams, C. (2013). *Understanding integrated reporting: the concise guide to integrated thinking and the future of corporate reporting*. Oxford: Do Sustainability.
- Araújo, M. B. V. (2011) *Informações contábeis e o risco de insolvência das cooperativas de crédito*. Dissertação de mestrado, Universidade Estadual de São Paulo.
- Banco Central do Brasil (BACEN) (2009) *Governança Corporativa: diretrizes e mecanismos para fortalecimento da governança em cooperativas de crédito*. Brasília: BCB.
- _____(2015). Resolução nº 4.434, de 5 de Agosto de 2015. Disponível em: goo.gl/B4GSUC. Acesso em: 28/03/2017.
- _____(2017). Site do BACEN. Disponível em: goo.gl/mtCfhL. Acesso em: 10/07/2017.
- Baden, D. & Harwood, I. A. (2013) Terminology Matters: A Critical Exploration of Corporate Social Responsibility Terms. *J Bus Ethics* (2013) 116:615–627.
- Bardin, L. (2016). *Análise de Conteúdo*. Edições 70: São Paulo.
- Bressan, V.G.F. et al. (2011) Uma aplicação do sistema PEARLS às cooperativas de crédito brasileiras. *RAUSP*, São Paulo, v.46, n.3, p.258-274.
- Bollas-Araya, H.M, Seguí-Mas, E & Polo-Garrido, F. (2014) Sustainability reporting in european cooperative banks: an exploratory analysis. *Revista de Estudios Cooperativos*. 115:30-56
- Carrol, A.B. (2015) Corporate social responsibility: The centerpiece of competing and complementary frameworks. *Organizational Dynamics*, 44, 87-96.
- Carrasco, I (2007) Corporate Social Responsibility, Values, and Cooperation. *International Advances in Economic Research*, 13:454–460
- Carvalho, FL; Diaz, MDM; Bialokorski Neto, S & Kalatzis, AEG (2015) Saída e Insucesso das Cooperativas de Crédito no Brasil: Uma Análise do Risco. *R. Cont. Fin.*, 26, 67, p. 70-84.
- Clarkson (1999) Principles of stakeholder management. *University of Toronto*: Canada.
- Cooper & Schindler (2016) *Métodos de Pesquisa em Administração*. AMGH: Porto Alegre.
- Deegan, C. (2002) Introduction: The legitimising effect of social and environmental disclosures – a theoretical foundation. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 15, 3, p. 282-311.

- Drumond, VRS (2010). A aplicação dos princípios cooperativistas na gestão dos empreendimentos cooperativos. I Encontro Brasileiro de Pesquisadores em Cooperativismo. Brasília.
- Duguid, F. & Balkan, D. (2016) Talking the talk: canadian co-operatives and Sustainability reporting. *Journal of co-operative accounting and reporting*, v 4, 1, pp. 1-34.
- Eccles, R. & Kruz, M. (2015) The integrated reporting movement: meaning, momentum, motives and materiality. Jhon Willey and Sons: New Jersey, United States of America.
- Elkington, J. (2012) Sustentabilidade, canibais com garfo e faca. São Paulo: M. Books do Brasil Editora Ltda.
- Flick, U. (2009) Introdução à pesquisa qualitativa. Artmed: Porto Alegre.
- Gray, R. (1992). Accounting and Environmentalism: an exploration of the challenge of gently accounting for accountability, transparency and sustainability. *Accounting, Organizations and Society*, v. 17, n. 5, p. 399-425.
- Gray, R., Kouhy R. & Lavers S., (1995) Corporate social and environmental reporting. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, Vol. 8 Iss 2 pp. 47 – 77.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2015) Indicadores de Desenvolvimento Sustentável. Disponível em: goo.gl/cBJ5jj Acesso em: 13/06/2017.
- Instituto Ethos. (2013) Indicadores Ethos de Responsabilidade Social Empresarial. Disponível em: goo.gl/EqbF13. Acesso em: 10/05/2017.
- Internacional Co-operative Alliance (ICA) (2013a) Co-operatives and Sustainability: An investigation into the relationship. Disponível em: goo.gl/zxwzwb. Acesso em: 12/05/2017.
- _____. (2013b) Plano de ação para uma década cooperativa. Disponível em: goo.gl/ZuSUP1. Acesso em: 10/07/2017.
- _____. (2015) *Guidance Notes to the Co-operative Principles*. Disponível em: goo.gl/EQugEF. Acesso em: 12/05/2017.
- _____. (2017) Site do ICA. Disponível em: goo.gl/pmhfXn Acesso em: 12/03/2017.
- International Federation of Accountants (IFAC) (2017). Enhancing organizational reporting: integrated reporting key. Disponível em: goo.gl/W28EGH. Acesso em: 10/05/2017.
- International Integrated Reporting Council (IIRC) (2014) A Estrutura Internacional para Relatório Integrado. Disponível em: goo.gl/Xa54hn. Acesso em: 12 dez. 2016.
- Jannuzzi, P. M. (2002) Considerações sobre o uso, mau uso e abuso dos indicadores sociais na formulação e avaliação de políticas públicas municipais. *Revista de Administração Pública*, 36(1), p. 51-72.
- Kayano, J. & Caldas, E. L. (2002) Indicadores para o diálogo. Texto de apoio da Oficina 2. GT Indicadores, plataforma contrapartes novib, series Indicadores 8.
- King, M. & Roberts, L. (2013) *Integrate Doing Business in the 21st Century*. Juta and Company Ltd, Claremont, South Africa.
- Lebas, M.J (1995) Performance measurement and performance management. *International Journal of Production Economics*, v. 41, (1–3), p. 23-35.
- Martins, G. A. & Theóphilo, C. R. (2009) Metodologia da Investigação Científica para Ciências Sociais Aplicadas. 2ed. *Atlas*: São Paulo.
- Nelly, A. (1999) The performance measurement revolution: why now and what next? *International Journal of Operations & Production Management*, V. 19, (2), p. 205-222.
- Novkovic, S. (2006) Co-operative business: the role of co-operative principles and values. *Journal of co-operative studies*, v. 39, 1, pp. 5-15.

- Novkovic, S.; Prokopowicz, P. & Stocki, R. (2012) Staying true to co-operative identity: Diagnosing worker co-operatives for adherence to their values. *Advances in the Economic Analysis of Participatory and Labor-Managed Firms*, v. 13, pp 1-29.
- Organização das Cooperativas do Brasil (OCB) (2017) Site OCB, aba O que é Cooperativismo. Disponível em: goo.gl/RfqM7K. Acesso em: 02/04/2017.
- Organização das Nações Unidas (ONU). (2012) The future we want. Disponível em: goo.gl/FD8sr. Acesso em: 10/12/2016
- Ribeiro, M. S. (2012) Uma reflexão sobre as oportunidades para a contabilidade ambiental. *Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ*, Rio de Janeiro, v. 17, Ed. Especial, p.17 - p. 17.
- Rixon & Beaubien. (2015) Co-operatives for sustainable communities tools to measure co-operative impact and performance. Disponível em: goo.gl/tqgPq8 Acesso em: 25/06/2017.
- Scandar Neto, W. J.(2006) Síntese Que Organiza O Olhar: Uma Proposta Para A Construção E Representação De Indicadores De Desenvolvimento Sustentável E Sua Aplicação Para Os Municípios Fluminenses. Escola Nacional De Ciências Estatísticas. Dissertação De Mestrado. Disponível em: Goo.Gl/Szkgghg. Acesso em: 12/06/2017.
- Turley-McIntyre, B; Marchl, A; & Stasuik, B. (2016) Sustainability reporting in Canada's financial institutions. *Journal of co-operative accounting and reporting*, v. 4, pp 35-58.
- Van Bellen, H. M. (2002) Indicadores de Sustentabilidade: Uma análise comparativa. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Curso de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina.
- Westphal, V. H. (2008) Os sistemas cooperativistas brasileiro e alemão: aspectos comparativos. *Revista de Contabilidade e Organizações*, v. 2, n. 4, p. 40- 54.
- World Council of Credit Unions (WOCCU). (2015) Model law for credit unions. Disponível em: goo.gl/7Jmk4F Acesso em: 11/05/2017